



Simulado Final

EBSERH

Engenharia - Pós-Edital

Simulado

Simulado Final EBSEH (Engenharia)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Engenharia** da **EBSEH**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/EXtcw72t5p7GpUcw7>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe*

01. Assinale a frase que não exemplifica a função conativa da linguagem.

- a) Não desperdice as oportunidades.
- b) Faça o bem sem olhar a quem.
- c) Nunca desista de sonhar.
- d) Amadureci antes do tempo.
- e) Preste atenção em quem anda com você!

02. Assinale a frase em que a expressão “é que” faz parte da estrutura da frase e não simplesmente uma expressão de ênfase.

- a) As boas amizades é que nos suportam.
- b) A verdade é que nunca nos satisfazemos com nossas posses
- c) Quem vive a verdade é que sofre julgamentos.
- d) Gente ignorante é que faz piada de tudo.
- e) Quando é que vamos nos ver?

03. Assinale a frase em que o acento grave da crase está empregado corretamente.

- a) Estamos atentos às condições de trabalho.
- b) Não fazemos campanhas direcionadas à qualquer pessoa.
- c) Em relação à compras, não temos nada a declarar.
- d) Só aceitamos pagamento à prazo.
- e) Os candidatos estavam aptos à tomar posse.

04. Há ideia adversativa em:

- a) Os caos me rodeava **e** explodia dentro de mim.
- b) **Embora** cansado, sentia-me grato.
- c) As crianças brincaram **e** comeram durante todo o dia.

d) Os sábios contavam seus dias, **porquanto** a vida é preciosa demais.

e) Os líderes **ou** os setores precisam preencher a autoavaliação.

05. A preposição destacada estabelece relação de causa em:

- a) A obra **de** Manuel Bandeira é valiosíssima.
- b) Esses livro são **do** antigo professor.
- c) Chorava **de** desgosto.
- d) Esse sofá é **de** madeira.
- e) Somos **do** Rio de Janeiro.

06. A colocação pronominal está de acordo com a norma culta em:

- a) Eles colocarão-na na primeira fileira.
- b) Me deseje sorte!
- c) Esqueceram o celular em casa; tinham colocado-o na cama.
- d) Eles sempre lhe obedeceram.
- e) O jovem que insultou-o foi gravado.

07. Nas frases abaixo, a locução adjetiva foi substituída por um único adjetivo. Assinale a alternativa em que essa substituição ocorreu de forma inadequada.

- a) “internação de menores” / internação juvenil;
- b) “provas de ficção” / provas fictícias;
- c) “sociedade da criminalidade” / sociedade criminal;
- d) “adequação da legislação” / adequação legislativa;
- e) “situações dos presídios” / situações presidiárias.

08. A vírgula foi empregada corretamente em:

- a) O gênio, é aquele cujo conhecimento está em constante construção.
- b) Alguns acham que sabem tudo, esses, porém, não podem ser considerados gênios.
- c) O conhecimento, deve servir, ao bem-estar da coletividade.
- d) Aquele que não desiste de conhecer, que busca o saber e se constrói constantemente, é gênio.
- e) Todo poder que, serve a si mesmo, não é um poder legítimo.

09. A frase que está redigida em linguagem formal é:

- a) Assistimos o espetáculo sem piscar os olhos.
- b) Obedeça os seus pais!
- c) Assiste aos prejudicados o direito de indenização.
- d) João tinha certeza de que estava apto de fazer o trabalho.
- e) Ana namorava com o João.

10. A alternativa em que a preposição é exigida por um termo anterior é:

- a) Construção **da** casa
- b) Panela **de** barro.
- c) Prédio **da** prefeitura
- d) Balcão **de** granito
- e) Construção **de** Niemeyer

SUS 1 E RDC

Breno Caldas

11. A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, também conhecida como Lei Orgânica da Saúde, é um dos principais marcos regulatórios do Sistema Único de Saúde (SUS). Ela estabelece as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde no Brasil, além de definir a organização, funcionamento e competências do SUS. Assinale a alternativa correta conforme essa Lei.
- a) Participar na formulação e na implementação das políticas relativas às condições e aos ambientes de trabalho é uma competência da direção estadual do SUS.
 - b) A Conferência Nacional de Saúde estabelecerá as diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, em função das características epidemiológicas e da organização dos serviços em cada jurisdição administrativa.
 - c) Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a raça, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.
 - d) As ações de saneamento que venham a ser executadas supletivamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), serão financiadas por recursos tarifários específicos e outros da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e, em particular, do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).
 - e) As diferentes instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde (SUS) ficam obrigadas a disponibilizar nas respectivas páginas eletrônicas na internet os estoques de medicamentos das farmácias públicas que estiverem sob sua gestão, com atualização mensal, de forma acessível ao cidadão comum.

12. A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 36, de 25 de julho de 2013, foi publicada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) com o objetivo de instituir ações para a segurança do paciente em serviços de saúde, estabelecendo requisitos para a prevenção e redução de incidentes e eventos adversos.

Essa normativa faz parte das iniciativas brasileiras para a qualificação da assistência à saúde e está alinhada com as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre segurança do paciente. Segundo essa RDC, está correto afirmar que:

- a) Compete à ANVISA elaborar, implantar, divulgar e manter atualizado o Plano de Segurança do Paciente em Serviços de Saúde.
- b) Esta Resolução se aplica a todos os serviços de saúde, sejam eles públicos, privados, filantrópicos, civis ou militares, incluindo aqueles que exercem ações de ensino, pesquisa, os consultórios individualizados, laboratórios clínicos e os serviços móveis e de atenção domiciliar.
- c) Cultura da segurança é o conjunto de valores, atitudes, competências e comportamentos que determinam o comprometimento com a gestão da saúde e da segurança, substituindo a culpa e a punição pela oportunidade de aprender com as falhas e melhorar a atenção à saúde.
- d) A notificação dos eventos adversos, para fins desta Resolução, deve ser realizada mensalmente pelo NSP, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao mês de vigilância, por meio das ferramentas eletrônicas disponibilizadas pela Anvisa.
- e) Os eventos adversos que evoluírem para óbito devem ser notificados em até 24 (vinte e quatro) horas a partir do ocorrido.

13. O Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, regulamenta a Lei nº 8.080/1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, e traz diretrizes para a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde e a assistência aos usuários. Essa norma detalha aspectos essenciais

da gestão do SUS, promovendo maior integração entre os entes federativos e aprimorando a oferta de serviços à população. Segundo esse decreto, é correto afirmar que:

- a) Rede de Atenção à Saúde é o conjunto de ações e serviços de saúde articulados em níveis de complexidade decrescente, com a finalidade de garantir a integralidade da assistência à saúde.
- b) As Regiões de Saúde serão instituídas pelo Estado, em articulação com os Municípios, respeitadas as diretrizes gerais pactuadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT.
- c) A instituição das Regiões de Saúde observará cronograma pactuado nas Comissões Intersetoriais.
- d) As Comissões Intersetoriais pactuarão as regras de continuidade do acesso às ações e aos serviços de saúde na respectiva área de atuação.
- e) O Conselho Nacional de Saúde é o órgão competente para dispor sobre a RENAME e os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas em âmbito nacional, observadas as diretrizes pactuadas pela CIT.

14. Assinale a alternativa correta, de acordo com o disposto pela RDC nº 63 de 2011.

- a) Os estabelecimentos integrantes da Administração Pública ou por ela instituídos independem da licença para funcionamento.
- b) O órgão sanitário competente não necessita ser notificado sempre que houver alteração de responsável técnico ou de seu substituto.
- c) O serviço de saúde deve garantir a limpeza dos reservatórios de água a cada três meses.
- d) Garantia de qualidade: refere-se às intenções e diretrizes globais relativas à qualidade, formalmente expressa e autorizada pela direção do serviço de saúde.
- e) Política da qualidade: totalidade das ações sistemáticas necessárias para garantir que os serviços prestados estejam dentro dos padrões de qualidade exigidos, para os fins a que se propõem.

15. A Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, regulamenta o §3º do artigo 198 da Constituição Federal, que trata do financiamento das ações e serviços públicos de saúde no Brasil. Essa lei estabelece critérios para a aplicação mínima de recursos na saúde pelos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), além de definir regras para a fiscalização, avaliação e controle dos gastos na área da saúde.

Ela define que é considerada uma despesa com ações e serviços públicos de saúde a referente a

- a) Pessoal ativo da área de saúde quando em atividade alheia à referida área.
- b) Saneamento básico, inclusive quanto às ações financiadas e mantidas com recursos provenientes de taxas, tarifas ou preços públicos instituídos para essa finalidade.
- c) Limpeza urbana e remoção de resíduos.
- d) Preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente dos entes da Federação ou por entidades não governamentais.
- e) Saneamento básico dos distritos sanitários especiais indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos.

SUS 2 E BIOÉTICA*Lígia Carvalheiro*

16. Exerça a associação entre os princípios da Bioética e seus conceitos definidores:

1	Justiça	A	O respeito à capacidade de tomar decisões informadas sobre assuntos pessoais
2	Autonomia	B	O dever de ajudar aos outros, de fazer ou promover o bem a favor de seus interesses
3	Beneficência	C	Não causar danos ao paciente
4	Não-maleficência	D	A distribuição dos recursos de saúde escassos

Está correta a associação em:

- a) 1C 2A 3D 4C
- b) 1D 2B 3A 4C
- c) 1A 2D 3B 4C
- d) 1C 2D 3B 4C
- e) 1D 2A 3B 4C

17. Sobre a Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde (SUS), a Lei 8080/90, julgue os itens abaixo:

- I - A identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde é um dos objetivos do SUS.
- II - a colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho, é um dos objetivos do SUS.
- III - O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) são reconhecidos como entidades representativas dos entes estaduais e municipais para tratar de matérias referentes à saúde e declarados de utilidade pública e de relevante função social, na forma do regulamento.

Estão corretas:

- a) II, somente.
- b) I e III
- c) I e II
- d) I, II e III
- e) Todas estão erradas

18. Conforme a Lei 8142/90, o não atendimento pelos Municípios, ou pelos Estados, ou pelo Distrito Federal, dos requisitos estabelecidos no artigo 4º implicará em que os recursos concernentes sejam administrados:

- a) totalmente pela União
- b) respectivamente, pela União e Estados
- c) totalmente pelos Estados.
- d) respectivamente, pelos Conselhos Estaduais e Conselhos Municipais
- e) respectivamente, pelos Estados ou pela União.

19. Julgue os itens abaixo com relação à Política Nacional de Atenção Básica

- I - A Atenção Básica é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem

promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária.

II - O serviço de Urgência e Emergência será a principal porta de entrada e centro de comunicação da RAS, coordenadora do cuidado e ordenadora das ações e serviços disponibilizados na rede.

III - É proibida qualquer exclusão baseada em idade, gênero, raça/cor, etnia, crença, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, estado de saúde, condição socioeconômica, escolaridade, limitação física, intelectual, funcional e outras.

Estão corretas:

- a) I e II
- b) I, II e III
- c) III, somente
- d) I, somente
- e) I e III

20. São eixos estruturantes da Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP):

- I - Assistência Hospitalar e Gestão Hospitalar
- II - Formação, Desenvolvimento e Gestão da Força de Trabalho
- III - Financiamento e Contratualização e Responsabilidades das Esferas de Gestão

Estão corretas:

- a) I e II, apenas
- b) II e III, apenas
- c) I, II e III
- d) III, apenas
- e) II, apenas

SIS, VIGILÂNCIA E EDUCAÇÃO EM SAÚDE*Thaysa Vianna*

21. Dentre as alternativas abaixo, marque o item que contém apenas Doenças de Notificação Compulsória imediata

- a) Dengue
- b) Doença aguda pelo vírus Zika
- c) Febre purpúrica brasileira
- d) Hepatites virais
- e) Infecção pelo HTLV em gestante, parturiente ou puérpera e Criança exposta ao risco de transmissão vertical do HTLV

22. Sobre os Sistemas de Informações em Saúde, assinale o item incorreto

- a) O SIH é o Sistema Hospitalares de informação ele foi criado em 1991 e utiliza a Autorização de Internação Hospitalar para atualizar as informações.
- b) O SINAN é o Sistema de informações de Agravos de Notificação, ele utiliza a Ficha individual de notificação como dado para atualizar as informações
- c) O SI-PNI é o Sistema de informações do Programa de Imunização, ele utiliza diversos bancos de dados para atualizar as informações.
- d) O SINASC (Sistema de informações sobre Nascidos Vivos), utiliza os dados do Pré-natal para compilar as informações.
- e) O SIM (Sistema de Informação sobre Mortalidade), utiliza os dados das certidões de óbito para compilar as informações.

23. O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) é utilizado para registrar casos de doenças e agravos de notificação compulsória. Sobre esse sistema, assinale a alternativa correta:

- a) O SINAN é alimentado pela notificação e investigação de doenças e agravos definidos

majoritariamente por listas estaduais de notificação compulsória.

- b) Os municípios não podem incluir outros problemas de saúde relevantes para sua região na lista de notificação compulsória.
- c) O uso eficaz do SINAN possibilita um diagnóstico dinâmico da ocorrência de agravos na população, contribuindo para o planejamento da saúde e a definição de prioridades de intervenção.
- d) O SINAN tem pouca relevância para o planejamento da saúde, devido a suas limitações estruturais.
- e) Os dados do SINAN são sigilosos e não podem ser compartilhados, o que impede a disseminação de informações para a comunidade.

POLÍTICAS DE VULNERÁVEIS SOCIAIS*Guilherme Gasparini*

24. Considerando a Portaria Nº 230 de 7 de março de 2023 que institui o Programa de Equidade, Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras do SUS, assinale a alternativa que não corresponde a uma diretriz da referida política:

- a) Promover a política de equidade de gênero e raça no SUS buscando modificar as estruturas machista e racista que operam na divisão do trabalho na saúde.
- b) Enfrentamento às diversas formas de violências relacionadas ao trabalho na saúde.
- c) Acolhimento às trabalhadoras da saúde no processo de maternagem.
- d) Promover o acolhimento de forma exclusiva às mulheres jovens no âmbito do trabalho na saúde.
- e) Saúde Mental e Gênero.

25. Considerando a Portaria Nº 1.526/2023 que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD), assinale a alternativa que corresponda corretamente ao conceito de Pessoa com Deficiência:

- a) Pessoa com impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode facilitar sua participação plena e efetiva na sociedade em desigualdade de condições.
- b) Pessoa com impedimento de longo prazo de natureza intelectual e física, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições.
- c) Pessoa com impedimento de curto prazo de natureza física e mental, incapacitando sua participação efetiva e plena na sociedade.
- d) Pessoa com impedimento de longo prazo de natureza motora, com transtorno do espectro autista, bipolaridade ou doença mental, podendo obstruir sua participação efetiva e plena na sociedade.
- e) Pessoa com impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições.

LEGISLAÇÃO EBSEH

Tiago Zanolla

26. Considerando as atribuições da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH), assinale a alternativa correta:

- a) A EBSEH pode prestar serviços exclusivamente na administração de hospitais universitários, não podendo atuar em unidades hospitalares não vinculadas a universidades.

- b) A empresa possui competência para atuar na assistência médico-hospitalar à comunidade no âmbito do SUS, além de apoiar a formação de profissionais da saúde.
- c) A EBSEH não pode prestar apoio à pesquisa científica, pois essa função cabe exclusivamente às universidades federais.
- d) A gestão de hospitais universitários pode ser feita diretamente pelo Ministério da Educação, sem necessidade de parceria com a EBSEH.
- e) A EBSEH pode implementar um sistema de gestão único para hospitais universitários, mas não pode utilizar indicadores de desempenho para monitoramento da eficiência hospitalar.

27. De acordo com o Regimento Interno da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH), os colegiados internos podem ser organizados sob diferentes formas, cada uma com finalidades específicas. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) As Câmaras Técnicas possuem duração temporária e atuam no nível estratégico, analisando temas administrativos e financeiros da EBSEH.
- b) Os Centros de Competência são sempre de duração perene e atuam no nível estratégico, propondo padronizações administrativas na rede hospitalar.
- c) Os Comitês atuam no nível estratégico, formulando políticas e diretrizes corporativas e coordenando ações transversais na organização.
- d) Os Grupos de Trabalho são de duração perene e têm a função de disseminar e zelar pelas práticas de gestão hospitalar na Rede Ebserh.
- e) Os Núcleos Técnicos Operacionais atuam no nível tático e operacional, mas sua criação depende exclusivamente das diretrizes de cada hospital, sem interferência da Administração Central da EBSEH.

28. De acordo com as normas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH) sobre admissibilidade de denúncias e irregularidades, assinale a alternativa correta:

- a) O empregado ou agente público que tiver conhecimento de irregularidades deve comunicar apenas à sua chefia imediata, não sendo permitida a denúncia anônima.
- b) A autoridade competente que tomar conhecimento de uma irregularidade poderá decidir se deseja ou não adotar providências para sua análise.
- c) As denúncias anônimas não são aceitas pela EBSEH, mesmo quando contêm elementos suficientes para início da apuração.
- d) A Ouvidoria da EBSEH é responsável por registrar todas as denúncias recebidas e encaminhá-las à Comissão de Ética para análise.
- e) A identificação do denunciante deve ser divulgada para que a apuração da denúncia seja conduzida com transparência.

29. O funcionário Pedro, que trabalha em um hospital universitário administrado pela EBSEH, tomou conhecimento de que um colega estava utilizando materiais hospitalares de forma indevida para fins particulares. Temendo represálias, Pedro decidiu fazer uma denúncia anônima por meio da Ouvidoria. Considerando as normas da EBSEH, assinale a alternativa correta:

- a) A denúncia de Pedro não será aceita, pois a EBSEH exige que todos os denunciadores se identifiquem.
- b) A Ouvidoria poderá registrar a denúncia anônima de Pedro, desde que ela contenha informações suficientes para o início da apuração.
- c) Como Pedro não informou sua identidade, a denúncia será imediatamente arquivada.
- d) A Comissão de Ética não pode receber denúncias feitas de forma anônima, pois todas as irregularidades devem ser comunicadas exclusivamente à chefia imediata.

e) O Superintendente do hospital poderá descartar a denúncia de Pedro sem qualquer justificativa, já que se trata de um relato anônimo.

30. De acordo com o Estatuto Social da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH), assinale a alternativa correta:

- a) O Conselho de Administração da EBSEH é composto exclusivamente por membros independentes indicados pelo Ministro da Educação.
- b) O Presidente do Conselho de Administração será escolhido entre os membros indicados pelo Ministro da Saúde, desde que sejam independentes.
- c) O representante dos empregados no Conselho de Administração será escolhido por indicação direta do Presidente da EBSEH.
- d) O representante dos empregados não poderá participar de deliberações sobre relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, devido ao conflito de interesse.
- e) O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração é de 4 anos, permitidas até 2 reconduções consecutivas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**LRF E NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO***Leandro Ravvella*

31. No âmbito do orçamento público, o Plano Plurianual (PPA) é um dos principais instrumentos de planejamento governamental de médio prazo. A respeito do PPA, assinale a alternativa correta:

- a) O PPA deve conter apenas as diretrizes e metas fiscais para um período de quatro anos, sem necessidade de vinculação com os programas governamentais.
- b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve ser elaborada antes do PPA, pois define os parâmetros fiscais e orçamentários que orientarão sua formulação.
- c) O PPA deve estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para despesas de capital e outras delas decorrentes.
- d) A execução das despesas previstas no PPA dispensa a necessidade de autorização na Lei Orçamentária Anual (LOA), uma vez que o plano já estabelece a previsão orçamentária para o período.
- e) O PPA é um instrumento de planejamento obrigatório para os entes federativos, mas sua implementação depende da aprovação da Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

32. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem papel fundamental na programação orçamentária do governo. Sobre esse instrumento, assinale a alternativa correta:

- a) A LDO estabelece as metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro seguinte, além de orientar a elaboração da LOA e dispor sobre alterações na legislação tributária, e deve alinhar as diretrizes para política fiscal, consoante a o regime fiscal sustentável.

b) O prazo de vigência da LDO coincide com o do PPA, pois ambos são instrumentos de planejamento governamental de médio prazo.

c) A LDO é elaborada pelo Legislativo e encaminhada ao Executivo para aprovação e implementação.

d) A LDO deve prever detalhadamente todas as despesas e receitas do governo para o exercício seguinte.

e) O descumprimento da LDO não acarreta qualquer penalidade para o gestor público, uma vez que se trata de um instrumento meramente indicativo.

33. A Lei Orçamentária Anual (LOA) é um dos principais instrumentos de planejamento do setor público e deve conter:

a) A previsão da receita e a fixação da despesa, além de dispositivos estranhos ao orçamento, desde que tenham impacto econômico relevante.

b) A LOA deve observar os resultados do monitoramento e da avaliação das políticas públicas determinados pela Constituição Federal

c) Somente o orçamento fiscal, pois a seguridade social e os investimentos das empresas estatais são tratados em normas específicas.

d) A lei orçamentária anual não pode conter previsões de despesas para exercícios seguintes, em decorrência do princípio universal da anualidade orçamentária.

e) Cada ente deve organizar e manter registro centralizado de projetos de investimento contendo, por Estado ou Distrito Federal, pelo menos, análises de viabilidade, estimativas de custos e informações sobre a execução física e financeira.

34. A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) estabelece diretrizes para a gestão fiscal responsável, disciplinando a arrecadação, execução e controle das receitas e despesas públicas. Sobre as disposições da LRF, assinale a alternativa correta:

- a) O ente federativo que ultrapassar o limite de despesas com pessoal previsto na LRF deverá, obrigatoriamente, extinguir cargos efetivos e reduzir o salário dos servidores ativos para restabelecer o equilíbrio fiscal.
- b) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária que implique renúncia de receita deve ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e mais 2 e pode apresentar medidas de compensação, sob pena de nulidade do ato.
- c) O Poder Executivo pode descumprir os limites de endividamento da LRF quando houver frustração de arrecadação, desde que tal descumprimento seja formalmente justificado no Relatório de Gestão Fiscal (RGF).
- d) Para fins de limites da despesa com pessoal estabelecidos na LRF, não são computadas as despesas com inativos e pensionistas, pois tais gastos não possuem impacto direto sobre a execução orçamentária do ente público.
- e) A LRF autoriza expressamente a realização de operações de crédito entre um ente federativo e suas autarquias ou fundações, desde que haja previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA).

35. A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) impõe regras para garantir a responsabilidade na gestão fiscal dos entes da Federação. Em relação às disposições dessa lei, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) deve conter informações detalhadas sobre a despesa com pessoal, as operações de crédito, a dívida consolidada, a concessão de garantias e a aplicação dos limites fiscais estabelecidos pela LRF.
- b) A verificação do cumprimento dos limites de endividamento dos entes da Federação será realizada ao final de cada quadrimestre, devendo ser adotadas medidas corretivas caso os valores ultrapassem os limites legais.
- c) A despesa total com pessoal de cada ente federado não pode ultrapassar os percentuais estabelecidos na LRF, sendo que, se ultrapassado o limite, medidas como a redução de cargos comissionados devem ser adotadas antes da exoneração de servidores efetivos.
- d) Caso um ente federado ultrapasse o limite de endividamento estabelecido pela LRF, poderá continuar contraindo novas operações de crédito desde que haja previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA) e autorização do Poder Legislativo.
- e) A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que a transparência na gestão fiscal será assegurada mediante ampla divulgação dos planos, orçamentos, prestação de contas e relatórios fiscais, permitindo o acesso da sociedade às informações financeiras da administração pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

36. Uma autarquia celebrou um contrato com uma empresa para o desenvolvimento de um software de gestão hospitalar, incluindo funcionalidades específicas para o gerenciamento de prontuários eletrônicos e controle de leitos. No contrato, estava prevista a cessão dos direitos patrimoniais do software à Administração Pública. Após a entrega do software, a autarquia decidiu fazer alterações na programação para adaptar algumas funcionalidades às necessidades específicas de suas unidades hospitalares. No entanto, a empresa questionou a possibilidade de a Administração modificar o software sem sua autorização e sem pagamento adicional pelos direitos patrimoniais. Com base na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- a) a Administração Pública tem o direito de utilizar e modificar o software desenvolvido, sem necessidade de nova autorização ou pagamento ao autor, pois o autor, em regra, deve ceder os direitos patrimoniais à Administração Pública contratante.
- b) a empresa desenvolvedora do software mantém integralmente os direitos patrimoniais sobre o programa, sendo necessário um novo contrato para qualquer modificação pela Administração Pública.
- c) a Administração Pública pode modificar o software livremente, sem necessidade de comunicar o autor sobre as alterações realizadas.
- d) a cessão dos direitos patrimoniais do software à Administração Pública não inclui o fornecimento da documentação técnica associada.
- e) caso o software envolva pesquisa e desenvolvimento tecnológico, a Administração Pública será obrigada a exigir a cessão dos direitos patrimoniais.

37. Carlos, jornalista de um portal de notícias, solicitou a um órgão público informações detalhadas sobre gastos realizados em contratações emergenciais nos últimos dois anos. O pedido foi feito com base na Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011). O órgão, no entanto, não possuía os dados solicitados, mas sabia que outro ente da Administração detinha essa informação. Diante dessa situação hipotética, e com base na LAI, assinale a alternativa correta:

- a) o pedido deverá ser negado, pois informações sobre contratações emergenciais são sigilosas e não podem ser disponibilizadas ao público.
- b) o órgão público deve informar ao requerente qual entidade possui a informação ou encaminhar o pedido ao órgão competente, cientificando o requerente da remessa do pedido.
- c) caso a informação esteja armazenada em formato digital, o órgão público poderá fornecê-la apenas em formato impresso, independentemente da anuência do requerente.
- d) o órgão público tem até 60 dias para fornecer a informação ou indicar o motivo da negativa, desde que apresente justificativa expressa.
- e) se o pedido for negado, não há previsão de recurso na LAI, pois as decisões sobre acesso à informação são definitivas.

38. O Diretor de Recursos Humanos de um órgão público editou um ato administrativo delegando ao seu chefe de setor a competência para decidir recursos administrativos interpostos por servidores sobre processos disciplinares. Diante dessa situação hipotética e com base na Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa correta:

- a) o chefe de setor poderá decidir os recursos administrativos como se fosse o titular original da competência, sendo dispensado de mencionar que age por delegação.
- b) a delegação é válida, pois qualquer competência administrativa pode ser transferida a subordinados, desde que haja justificativa de interesse público.
- c) o ato de delegação só precisaria ser publicado no meio oficial se envolvesse competências normativas.
- d) a delegação é inválida, pois a decisão de recursos administrativos não pode ser objeto de delegação.
- e) a delegação é irrevogável e só poderá ser modificada caso o chefe de setor solicite a devolução da competência ao diretor.

39. Marcos foi nomeado para um cargo público de provimento efetivo e, no momento da posse, foi solicitado que apresentasse sua declaração de bens e rendimentos. No entanto, ele recusou-se a entregar o documento, alegando que sua renda e patrimônio são informações pessoais e sigilosas. Diante dessa situação e com base na Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) a apresentação da declaração de bens é facultativa e serve apenas para efeito de transparência, sem penalidade em caso de descumprimento.
- b) o servidor não é obrigado a apresentar sua declaração de bens, pois a exigência viola seu direito à privacidade.
- c) a recusa de Marcos em apresentar a declaração de bens pode resultar na sua demissão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

d) Marcos poderá tomar posse e iniciar o exercício do cargo sem apresentar a declaração de bens, desde que assine um termo de compromisso de entrega futura.

e) o servidor pode apresentar a declaração de bens apenas no final do exercício do cargo, não sendo obrigatória sua entrega no momento da posse.

40. Acerca das empresas públicas e sociedades de economia mista, é correto afirmar que

- a) por terem personalidade jurídica de direito privado, não se submetem à tutela do ente instituidor, por intermédio do ministério ou secretaria do setor correspondente.
- b) estão dispensadas da prestação de contas aos órgãos de controle, em virtude da natureza privada dos recursos recebidos.
- c) estão sujeitas ao regime falimentar, quando sua atividade principal seja a prestação de serviços públicos.
- d) a alienação do controle acionário de empresas públicas e de sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação.
- e) a instituição de empresa pública e de sociedade de economia mista deve ser autorizada por lei complementar específica.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - TÓPICOS
GERAIS***Guilherme Venturim*

41. A Prefeitura de Mantena/MG firmou um contrato com a empresa Construtora Silva Ltda., no valor de R\$ 500.000,00, para a execução de reformas na Escola Municipal Prof^a Dona Raimunda Duque. Durante o andamento das obras, a contratada solicitou ao fiscal de contrato um aditivo para cobrir a realização de reparos urgentes na Unidade Básica de Saúde (UBS) do mesmo bairro, localizada a poucos metros da escola em obras. A necessidade dos reparos foi identificada pelas professoras da escola, que, diante de reclamações feitas por pais de alunos, sugeriram a intervenção para garantir um ambiente mais adequado à comunidade.

Um orçamento preliminar indicou que os gastos para os reparos na UBS poderiam alcançar R\$ 200.000,00. Para cobrir essas novas despesas, a contratada solicitou um aditivo de acréscimo ao contrato original. Após análise, o estagiário da Prefeitura verificou que o valor do reajuste solicitado ultrapassaria o limite de 25% estabelecido pela Lei nº 14.133/21, o que, à primeira vista, indicaria que o pedido da contratada não poderia ser atendido.

Diante dessa situação, o fiscal de contrato deve:

- a) Autorizar o aditivo de R\$ 200.000,00, pois a necessidade dos reparos na UBS foi identificada pelas professoras e os gastos estão dentro do limite de 50%, permitido para obras de reforma de edifícios.
- b) Recusar o pedido de aditivo, pois a inclusão da UBS no contrato descaracteriza o objeto original da reforma da escola, tornando inválido o pleito de acréscimo.
- c) Autorizar o aditivo de R\$ 200.000,00, considerando que a alteração no objeto do contrato é justificada pela necessidade de atender a uma demanda emergencial da comunidade, sem qualquer prejuízo à execução da obra original.

d) Recusar o pedido de aditivo, pois a mudança no objeto do contrato para incluir a UBS excede o limite de 25%, o que é vedado pela legislação.

e) Autorizar o aditivo de R\$ 200.000,00, uma vez que o limite de 25% pode ser flexibilizado em casos emergenciais e de interesse público, desde que justificados pelas necessidades da comunidade.

42. Durante o pagamento da 4ª medição dos serviços relativos à execução das obras de pavimentação e drenagem no valor de R\$ 1.200.000,00, o fiscal do contrato verificou que a Construtora Beta Ltda. estava fornecendo materiais a preços significativamente mais altos que os preços de mercado para as manilhas de concreto utilizadas nos serviços de drenagem. Desconfiado, o agente público solicitou uma bateria de ensaios e verificou que a qualidade do asfalto também estava abaixo dos parâmetros contratados, impactando negativamente a vida útil dos serviços.

Com base na situação descrita, sabendo que se trata de um contrato por empreitada por preço global, é correto afirmar que a empresa contratada está incorrendo em:

- a) Superfaturamento, devido à medição de quantidades superiores às efetivamente fornecidas.
- b) Sobrepreço, pelo fornecimento das manilhas de concreto a preços superiores aos de mercado.
- c) Desequilíbrio contratual, caracterizado pela utilização de materiais de baixa qualidade.
- d) Sobrepreço, causado pela cobrança excessiva pelas manilhas de concreto, juntamente com a redução na qualidade do asfalto.
- e) Superfaturamento, uma vez que a empresa forneceu materiais com preços elevados e não entregou a qualidade contratada, gerando um prejuízo para a administração pública.

43. Durante a execução de uma obra pública de construção civil no valor de R\$ 3.000.000,00, a contratada apresentou um BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) de 18%, que inclui as despesas gerais da empresa, como lucro, despesas administrativas, e impostos relacionados à execução da obra. O fiscal do contrato, ao analisar o orçamento, percebeu que alguns impostos foram incluídos no BDI e outros não.

Considerando a legislação vigente sobre o BDI e o tratamento fiscal de tributos, é correto afirmar que:

- a) PIS e CSLL podem ser incluídos no BDI, pois são tributos que incidem sobre a receita da empresa, e a contratada pode repassá-los como despesas indiretas, mesmo que sejam passíveis de crédito.
- b) INSS e FGTS não podem ser incluídos no BDI, pois são tributos diretamente relacionados à folha de pagamento e não são despesas indiretas da obra.
- c) O ICMS deve ser incluído no BDI, pois é um imposto sobre circulação de mercadorias e, como tal, deve ser repassado à Administração como despesa indireta no contrato de obra.
- d) ISS e IRPJ podem ser incluídos no BDI, uma vez que o ISS é um tributo relacionado à prestação de serviços e o IRPJ incide sobre a atividade econômica da contratada, afetando sua estrutura de custos.
- e) O IPI deve ser incluído no BDI, pois é um imposto sobre a produção e circulação de bens, diretamente relacionado ao fornecimento de materiais pela contratada, e deve ser compensado como despesa indireta.

44. Considerando os itens de custo envolvidos em uma obra de construção, assinale a alternativa em que o custo descrito pode ser classificado como custo indireto:

- a) Administração central.
- b) Ferramentas e EPI.
- c) Aluguel de máquinas e equipamentos.
- d) Despesas Financeiras.
- e) Honorários dos engenheiros residentes.

45. Dentre os encargos relacionados à construção civil, assinale a opção que apresenta um encargo complementar.

- a) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
- b) Auxílio Enfermidade
- c) Equipamento de proteção individual (EPI)
- d) Férias indenizadas
- e) Seguro contra acidente de trabalho

46. Em um processo de planejamento de uma obra particular de construção civil, a empresa contratada precisa elaborar os custos envolvidos de maneira organizada para garantir o bom andamento do projeto. A estimativa de custo, o orçamento preliminar e o orçamento detalhado são ferramentas essenciais nesse processo.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A estimativa de custo é feita com base em dados específicos e detalhados, enquanto o orçamento preliminar utiliza informações mais gerais e serve para fornecer uma visão inicial dos custos da obra.
- b) A estimativa de custo é uma análise inicial e aproximada dos custos da obra, enquanto o orçamento detalhado é elaborado após a definição do projeto básico ou executivo, com todos os detalhes do que será executado.
- c) O orçamento preliminar tem como principal objetivo definir o valor exato de cada item da obra, enquanto a estimativa de custo busca dar uma previsão aproximada dos custos totais.
- d) A estimativa de custo e o orçamento preliminar são documentos que fornecem apenas uma visão geral dos custos, sem detalhamento das quantidades, enquanto o orçamento detalhado especifica minuciosamente cada item, incluindo mão de obra, materiais e outros recursos.
- e) O orçamento detalhado é utilizado exclusivamente para garantir a viabilidade financeira da obra, enquanto a estimativa de custo e o orçamento preliminar não influenciam esta etapa.

47. Em um processo de planejamento e controle de uma obra de construção civil, diferentes ferramentas e gráficos são utilizados para otimizar a gestão do projeto. Com relação ao gráfico de Gantt, curva ABC e curva S, assinale a alternativa correta:

- a) O gráfico de Gantt é utilizado para representar o cronograma de execução das atividades do projeto, enquanto a curva ABC serve para priorizar materiais e recursos de acordo com sua importância financeira, e a curva S é usada para mostrar o progresso financeiro do projeto ao longo do tempo.
- b) O gráfico de Gantt é uma ferramenta que permite identificar os custos de materiais e mão de obra, a curva ABC é utilizada para prever os prazos das atividades, e a curva S mostra a evolução da quantidade de materiais utilizados.
- c) A curva ABC é usada para controlar os prazos das atividades, o gráfico de Gantt auxilia na distribuição de recursos financeiros, e a curva S analisa a relação entre custo e qualidade ao longo da execução do projeto.
- d) O gráfico de Gantt é utilizado para analisar os custos de materiais e mão de obra, enquanto a curva ABC é aplicada para demonstrar o progresso físico das atividades, e a curva S é usada para o planejamento de tarefas no prazo correto.
- e) A curva S é uma ferramenta utilizada para monitorar a priorização de materiais e recursos com base em sua importância, o gráfico de Gantt define a sequência das atividades, e a curva ABC é utilizada para controlar os custos durante a execução da obra.

48. Em um processo de gerenciamento de projetos de construção civil, a ferramenta Diagrama PERT-CPM é utilizada para planejar e controlar as atividades, determinando o caminho crítico e os prazos de execução. Considerando um projeto de construção, é apresentado o diagrama de atividades e suas durações:

Atividade	Precedente(s)	Duração (dias)
A	-	4
B	A	6
C	A	5
D	C	3
E	B	7
F	D, E	4
G	B	10

Com base nas informações fornecidas, qual das alternativas abaixo representa o caminho crítico e a duração mínima prevista para o projeto?

- a) O caminho crítico é $A \rightarrow B \rightarrow E \rightarrow F$, com duração total de 21 dias.
- b) O caminho crítico é $A \rightarrow B \rightarrow G$, com duração total de 20 dias.
- c) O caminho crítico é $A \rightarrow C \rightarrow D \rightarrow F$, com duração total de 16 dias.
- d) O caminho crítico é $A \rightarrow B \rightarrow G \rightarrow F$, com duração total de 24 dias.
- e) O caminho crítico é $A \rightarrow C \rightarrow D \rightarrow G$, com duração total de 22 dias.

49. Com base no Diagrama PERT-COM apresentado abaixo, determine a folga total da atividade G.

Atividade	Precedente(s)	Duração (dias)
A	-	4
B	A	6
C	A	5
D	C	3
E	B	7
F	D, E	4
G	B	10

- a) 1 dia
- b) 2 dias
- c) 3 dias
- d) 4 dias
- e) não possui folga

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, PERÍCIAS E AVALIAÇÕES

Raul Suzuki

50. Conforme a NBR 13.752/2024, a vistoria cautelar de vizinhança tem como objetivo principal:

- a) Avaliar o desempenho de sistemas construtivos em operação.
- b) Estabelecer os limites de uma propriedade específica.
- c) Documentar as condições preexistentes de edificações na área de influência de uma obra.
- d) Analisar a conformidade de materiais utilizados na construção.
- e) Determinar o valor de mercado de um imóvel.

51. Conforme Durante a construção de um novo loteamento residencial, um conflito surgiu entre a construtora e um proprietário vizinho, que alegou que parte da obra estava invadindo sua propriedade. Para resolver a disputa, é necessário identificar e descrever as características físicas e dimensionais do terreno, além de analisar requisitos de propriedade e posse. Qual das espécies de perícias abaixo deve ser utilizada para atender a essa necessidade?

- a) Vistoria de Análise Comparativa de Conformidade
- b) Vistoria de Análise de Causalidade
- c) Vistoria Cautelar de Vizinhança
- d) Perícia Possessória e Dominial
- e) Exame

52. Durante a construção de uma residência, foi necessário dimensionar corretamente os componentes do telhado para garantir sua estabilidade e eficiência. O engenheiro responsável precisa selecionar os elementos adequados para sustentar as cargas do telhado e distribuir os esforços de maneira eficaz. Considerando as funções dos componentes de uma cobertura, assinale a alternativa que descreve corretamente a função de cada elemento listado:

- a) Ripas — Sustentam as telhas e são pregadas diretamente sobre as terças.
- b) Caibros — Apoiam-se sobre as terças e servem de suporte para as ripas.
- c) Terças — São vigas horizontais que sustentam as ripas diretamente, sem necessidade de caibros.
- d) Cumeeira — Localizada na parte mais baixa do telhado, serve como base para as ripas.
- e) Frechal — Localizado na parte superior do telhado, suporta diretamente as cargas das ripas e caibros.

53. O engenheiro de uma edificação residencial multifamiliar, durante a execução de um projeto de impermeabilização, precisa garantir que a aplicação da argamassa impermeável com aditivo hidrófugo siga corretamente as normas técnicas. Assinale a alternativa que apresenta uma prática correta para a aplicação desse tipo de impermeabilização:

- a) A argamassa impermeável deve ser aplicada em camadas de 30 mm de espessura, sem subdivisões.
- b) O substrato deve estar seco e livre de qualquer umidade antes da aplicação da argamassa.
- c) A cura úmida da argamassa deve ser de no mínimo 12 horas.
- d) Ao se executar mais de uma camada, a primeira deve ter o acabamento mais liso possível.
- e) O substrato deve estar úmido, mas sem a presença de filme ou jorro de água.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - SEGURANÇA DO TRABALHO

Mara Camisassa

54. De acordo com a NR6 que trata dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI, assinale a alternativa incorreta no que se refere às responsabilidades do trabalhador, quanto ao EPI:

- a) utilizar apenas para a finalidade a que se destina.
- b) comunicar à organização quando extraviado, danificado ou qualquer alteração que o torne impróprio para uso.
- c) responsabilizar-se pela conservação e manutenção.
- d) cumprir as determinações da organização sobre o uso adequado.
- e) usar o fornecido pela organização.

55. De acordo com a NR1 que trata das disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais, analise as afirmativas a seguir, assinalando (V) para a verdadeira e (F) para falsa.

A organização deve:

- 1. identificar os riscos ocupacionais indicando o nível de risco.
- 2. implementar medidas de prevenção, de acordo com a classificação de risco e na ordem de prioridade estabelecida pelo profissional de segurança e saúde do trabalho.
- 3. acompanhar o controle dos perigos.

Na sequência em que aparecem, as afirmativas são, respectivamente,

- a) V – F – F.
- b) V – F – V.
- c) F – V – F.
- d) F – V – V.
- e) F – F – F.

56. Levando em consideração a NR1 que trata das disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais, julgue as afirmações.

- I. As normas regulamentadoras podem ser aplicadas a outras relações jurídicas além da relação jurídica celetista.
- II. Serão expedidas pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SEPRT fichas com orientações sobre as medidas de prevenção a serem adotadas pelo MEI.
- III. A dispensa prevista na NR1 quanto à obrigação de elaboração do PGR também afasta a obrigação de cumprimento por parte do MEI, ME e EPP das demais disposições previstas nas normas regulamentadoras.

É correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I e III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.

57. Analise as assertivas a seguir e marque a incorreta, considerando a NR7 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO:

- a) O PCMSO deve necessariamente conter os critérios de interpretação e planejamento das condutas relacionadas aos achados dos exames médicos.
- b) Os exames complementares laboratoriais devem ser realizados sempre que houver exposição ocupacional acima dos níveis de ação.
- c) A norma determina os momentos de coleta das amostras biológicas, que são sangue, urina e ar inalado.
- d) É permitido à organização realizar o armazenamento e o transporte das amostras biológicas colhidas para exames médicos laboratoriais.
- e) É obrigatória a realização de exames médicos complementares laboratoriais para avaliação dos indicadores biológicos de exposição excessiva nos exames: admissional, de retorno ao trabalho, de mudança de risco ocupacional e demissional.

**POLÍTICA NACIONAL DE SANEAMENTO
BÁSICO E POLÍTICA NACIONAL DE
RESÍDUOS SÓLIDOS.**

André Rocha

58. Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305/2010, os resíduos sólidos são classificados quanto à origem e quanto à periculosidade.

Na classificação quanto à origem, os resíduos sólidos urbanos englobam

- a) Os resíduos de estabelecimentos comerciais e os resíduos domiciliares.
- b) Os resíduos domiciliares e os resíduos de limpeza urbana.
- c) Os resíduos da construção civil e os resíduos de serviço de saúde.

d) Os resíduos de serviços de transporte e os resíduos domiciliares.

e) Os resíduos industriais e os resíduos de prestadores de serviços.

59. Segundo a Lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de:

I – abastecimento de água potável.

II - recursos hídricos.

III - limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Está(ão) correto(s) os itens

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) II e III, apenas.

**LEGISLAÇÕES PROFISSIONAIS
PERTINENTES (SISTEMA CONFEA-CREA).**

Tiago Zanolla

60. João é engenheiro civil e possui registro ativo no CREA. No entanto, aceitou um contrato para desenvolver projetos elétricos para uma construtora, mesmo sem possuir habilitação para essa área. Além disso, seu colega, Pedro, também engenheiro, permitiu que uma empresa utilizasse seu nome para assinar projetos sem que ele participasse efetivamente dos trabalhos. Com base na Lei nº 5.194/66, assinale a alternativa correta:
- a) João está atuando dentro da legalidade, pois possui registro ativo no CREA, independentemente da área específica de atuação.
 - b) Pedro está correto ao emprestar seu nome para a empresa, pois isso é uma prática comum no mercado da construção civil.
 - c) João e Pedro estão exercendo ilegalmente a profissão, pois João assumiu uma atividade para a qual não está habilitado, e Pedro permitiu o uso de seu nome sem real participação.
 - d) Apenas João está em situação irregular, pois atuar fora da sua área de registro é a única conduta vedada pela Lei nº 5.194/66.
 - e) Nenhum dos dois está em situação irregular, pois a Lei nº 5.194/66 não proíbe que engenheiros exerçam atividades em diferentes áreas da engenharia.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
